

Investimentos das empresas brasileiras para os PALOP entre 2003 e 2020

Investments by Brazilian companies in the PALOP between 2003 and 2020

Iabna Infaga

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

iabnainfaga@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1771-028X>

Eduardo Ernesto Filippi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

edu_292000@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-8311-7287>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as tendências de investimentos das empresas brasileiras, entre 2003 e 2020, para os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Para este estudo, dedica-se à análise de investimentos das empresas brasileiras nos períodos históricos de governos Lula – Dilma e Temer – Bolsonaro nas suas relações com os PALOP. Conclui-se que os grandes investimentos brasileiros para os PALOP durante o período analisado se destinaram para Angola e Moçambique, sendo Angola o principal beneficiário desses investimentos. Entre 2007 e 2014, houve um cenário de maiores investimentos dessas empresas nas economias angolana e moçambicana, com a realização de projetos de grande porte.

Palavras-chave: Investimentos das empresas brasileiras; Brasil; PALOP.

Abstract: This article aims to analyze the investment trends of Brazilian companies, between 2003 and 2020, for the five Portuguese-speaking African Countries (PALOP) – Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe. For this study, it is dedicated to analyzing investments by Brazilian companies in the historical periods of the Lula – Dilma and Temer – Bolsonaro governments in their relations with the PALOP. It is concluded that the large Brazilian investments for the PALOP during the period analyzed were destined for Angola and Mozambique, with Angola being the main beneficiary of these investments. Between 2007 and 2014, there was a scenario of greater investments by these companies in the Angolan and Mozambican economies, with the implementation of large-scale projects.

Keywords: Investments by Brazilian companies; Brazil; PALOP.

Introdução

No decorrer da primeira década do século XXI, o governo brasileiro, através da política externa de cooperação internacional, ampliou e diversificou sua agenda com projetos de cooperação internacional em benefício do progresso econômico e social de países em desenvolvimento de diferentes continentes, mediante a atuação de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta. Além da ampliação de ações de cooperação internacional em setores tradicionais da política externa brasileira (Ricardo de Carvalho OSSAGÓ, 2013), tem sido os investimentos das empresas brasileiras nos PALOP, as quais: Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão.

Nesse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar as tendências de investimentos das empresas brasileiras, entre 2003 e 2020, junto aos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe –, com o intuito de buscar melhores oportunidades para a inserção internacional de empresariados brasileiros.

Todos os países de PALOP são nações cujas economias e modelos de desenvolvimento integrado dependem da ajuda pública internacional, na qual Portugal, como país colonizador, assume um papel importante como fio condutor perante a União Europeia (UE), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outros centros de apoio internacional. Papel que, ao longo do novo século, o Brasil passou a exercer.

Com base nisso, o Brasil vem sendo visto como uma potência média, afastando-se das áreas críticas de tensão internacional, e que dispõe de certa margem de manobra e razoável condição geopolítica para definir suas estratégias internacionais – com o apoio dos países de PALOP que partilham a mesma identidade linguística, com os quais o Brasil mantém acordo de relações bilaterais e multilaterais.

Os investimentos das empresas brasileiras – Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão – foram realizados projetos de grande porte apenas em Angola e Moçambique, pois nos Pequenos PALOP (Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) não houve a participação dessas grandes empresas. Entre 2007 e 2014, tiveram maiores investimentos dessas empresas nas economias angolana e moçambicana, com a realização de projetos em áreas de construção das infraestruturas e exploração de recursos naturais. A partir de 2015 não se registrou novos investimentos, situação que se aprofundou no período Temer-Bolsonaro, com os “desinvestimentos” das grandes empresas brasileiras nos PALOP. Quanto ao cenário empresarial, é fato que Angola representa o principal destino dos investimentos das empresas brasileiras nos países africanos.

Tendências de investimentos das empresas brasileiras para os PALOP

As tendências de investimentos das grandes empresas brasileiras para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, para este estudo, destacam-se as seguintes empresas: Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce, Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão – todas realizaram os projetos de investimentos em áreas de infraestrutura, petrolífera e mineral.

No início dos anos 1980, as empresas brasileiras começaram a identificar novas oportunidades de investir nos mercados externos, em especial nos PALOP, marcando o início de uma série de investimentos do setor privado brasileiro na África. No entanto, as atuações das empresas brasileiras se concentram principalmente nos setores de infraestrutura, energia e mineração, nas quais atuam grandes empresas brasileiras que engajaram nos países africanos para realizar obras de investimentos, como: Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Segundo Pietro Carlos

de Souza Rodrigues (2017), as estratégias de inserção internacional de empresas brasileiras estão relacionadas às ações da política externa, que desde o início dos anos 2000, com a ida de investimentos brasileiros ao exterior, tem crescido constantemente.

Nessa perspectiva, é importante destacar que as ações relevantes que essas empresas desenvolveram nos PALOP, foram atraídas, especialmente, por oportunidades nos setores de construção civil, comércio e exploração de recursos naturais que estão concentrados em diferentes países, principalmente em Angola e Moçambique, as maiores economias do PALOP. Esse cenário possibilitou um mercado propício para atuação das empresas brasileiras, em que algumas, antes do período estudado, estavam desenvolvendo ações no outro lado do Atlântico Sul, entre elas: Petrobras (em 1980), Andrade Gutierrez (em 1984) e Odebrecht (em 1984); e já no século XXI, em especial no governo Lula da Silva, vieram outras grandes empresas como a Vale, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, que iniciaram as suas operações em 2005.

O processo da globalização – que é conhecido como fenômeno caracterizado pela intensidade das relações econômicas, comerciais e culturais entre os países, facilitando assim o espaço das constantes trocas no quadro das inovações tecnológicas, dos negócios e entre outras – fez com que os países se aproximassem ainda mais, criando a Interdependência Complexa entre os Estados, em que a decisão de um pode interferir na economia do outro. Desta forma, nota-se que ao longo dos anos houve a diminuição das distâncias fronteiriças, a fim de possibilitar ambientes favoráveis para atuação internacional das empresas.

Os atuais processos de globalização e de regionalização da economia mundial caracterizam-se não somente pelo aumento de volume de exportação mundial de mercadorias e serviços, mas também pelo crescimento do IED, que excedeu, tanto o da produção mundial quanto o do comércio de bens e serviços, o que ressalta a relevância do tema na análise das relações econômicas internacionais (Luis Fernando Corrêa da Silva MACHADO, 2005, p. 41).

Diante desse cenário, as empresas brasileiras têm se beneficiado das oportunidades para atuação no mercado internacional, sobretudo nos PALOP, em que Angola e Moçambique assumem maior destaque do destino de investimentos diretos no exterior, enquanto Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe usufruem de menor parcela de Investimento Estrangeiro Direto (IED) do governo brasileiro. Segundo Machado (2005, p. 47): “para os países em desenvolvimento, carentes de tecnologia e capitais, a atração do IED torna-se ferramenta importante para aumentar eficiência das economias e o financiamento de projetos no setor industrial, de infraestrutura, de serviços entre outros”, aspectos que caracterizaram os investimentos das empresas brasileiras nos países africanos de expressão portuguesa.

Durante o período de governo de Lula e Dilma (2003-2016), a viabilidade das iniciativas ocorreu de uma forma mais assertiva para a inserção das empresas brasileiras nos PALOP. Essa tendência ficou evidente com a chegada do Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à presidência do Brasil, que garantiu que “faria uma reorientação da política externa brasileira, que passou a privilegiar regiões e parcerias até então não valorizadas nas outras gestões” (Isadora Caminha COUTINHO *et al.*, 2014, p. 12). Ainda, nesse sentido, Vico Dênis de Melo (2010, p. 5) destaca que:

Pode-se perceber, desde 2003, a partir de uma política econômica e externa mais arrojada, uma retomada na recuperação dos investimentos diretos brasileiros no exterior, alcançando taxas de crescimento de 14% ao ano, patamares superiores aos das economias asiáticas – China, Coreia do Sul, Taiwan. Esse fato encontra explicações em diversos pontos, entretanto, pode-se discriminar a expressiva melhoria financeira das empresas brasileiras, assim como a recente valorização cambial, da perspectiva da política governamental de incentivo a

internacionalização das empresas e o apoio expressivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em forma de empréstimos a baixo custo.

O incentivo à internacionalização das empresas brasileiras proporcionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi a política adotada pelo governo brasileiro para facilitar os negócios e a capacidade econômica dos empresários do Brasil no mercado internacional, como nos setores de comércio com a exportações dos produtos aos países africanos, e nos investimentos para obras de infraestrutura e recursos naturais, o que permite, de acordo com Robert Owen Keohane; Joseph Samuel Nye (1988), os efeitos mútuos entre os países envolvidos através de transações internacionais e fluxos de capital. As principais empresas, que mais apostaram no desenvolvimento dos projetos nos PALOP, apresentaram uma crescente demanda de obras de infraestrutura e de recursos naturais, com destaque para Angola e Moçambique, que tiveram mais atuações das grandes empresas brasileiras na realização dos projetos de infraestruturas e de exploração de recursos naturais. Segundo Gutemberg de Vilhena Silva; Alexandre Bergamin Vieira (2023) os projetos financiados pelo BNDES nos países africanos foram construídos com o apoio da diplomacia brasileira.

Para os autores Deborah Veitas; Isabel Aboim (2012, p. 22):

o investimento direto brasileiro na África ainda é muito concentrado em grandes empresas, principalmente Petrobras, Vale e grandes construtoras. Os grandes projetos desenvolvidos por essas empresas têm atraído também um segmento de firmas de menor porte, oriundas das respectivas cadeias de fornecedores.

O BNDES, além de ser mantenedor do suporte financeiro que viabiliza os investimentos das empresas brasileiras, ainda se mostrou empenhado na tarefa de facilitar o crédito aos países, principalmente aos dois PALOP, Angola e Moçambique. A consequência de crescente aumento de comércio e investimentos foram os incentivos e empréstimos feitos por BNDES para as empresas brasileiras, a fim de que as mesmas pudessem incrementar os negócios nos países africanos.

Para implementação dos investimentos, o Brasil criou instituições para a promoção do comércio e dos investimentos brasileiros no exterior, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), em 1997. As duas instituições, BNDES e APEX, cumprem papéis essenciais no apoio à internacionalização de empresas brasileiras, por isso são frequentemente incentivadas pelo governo com o intuito de fortalecer sua presença em uma determinada região, a partir de projetos de grande porte e feitos nos diversos países ao longo deste século XXI pelas empresas privadas da área de infraestrutura, tais como as grandes construtoras brasileiras, a saber: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão, que são principais agentes executores de projetos. Outras empresas, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, atuam em setores petrolífero e mineral, respectivamente.

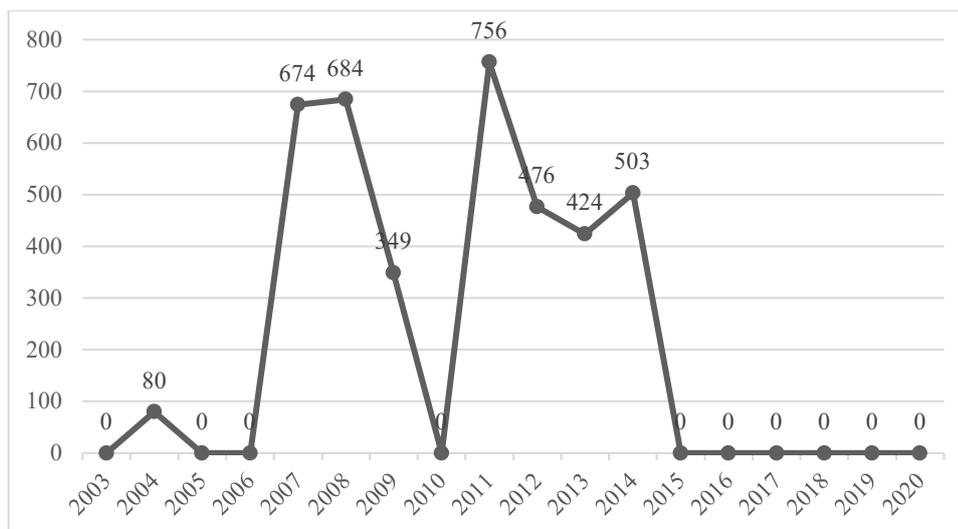
O fator que possibilitou o aumento de investimentos pode ser observado a partir da diminuição dos conflitos que abalavam os PALOP, como o caso de Angola e de Moçambique, com as guerras pós-independência, e a Guiné-Bissau, com a guerra de 7 de junho de 1998. Quando ambos os conflitos terminaram, houve o estabelecimento do clima de paz nesses lugares, o que aconteceu também com vários outros países africanos. Com a paz, houve a facilidade da penetração de pequenas e médias empresas do Brasil no continente, fazendo com que houvesse um aumento de investimentos brasileiros no período do governo Lula (2003-2010) para acelerar o crescimento econômico por lá e trazer melhores benefícios para o Brasil. “O aumento das operações ficou concentrado nas mãos de poucas empresas em razão do pequeno número delas com capacidade de realizar grandes projetos de construção e de exploração de recursos naturais em território estrangeiro” (André GUZZI; Laurindo TCHINHAMA, 2023, p. 65).

Os investimentos das empresas brasileiras, sobretudo nos países Angola e Moçambique, possibilitaram que o BNDES pudesse lançar e implementar medidas para fortalecer o negócio entre as duas regiões, permitindo dessa forma o acesso ao empréstimo brasileiro (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Assim, as grandes empresas que estavam no mercado africano, especialmente as empreiteiras, conseguiram ampliar suas atuações, uma vez que a estabilidade política trouxe desenvolvimento econômico (Pio PENNA FILHO, 2013). Em razão disso, permitiu-se mais participação da parte brasileira para investir nesses países, uma vez estabelecidos enquanto um mercado propício para atuação do empresariado brasileiro.

É do interesse do empresariado que o governo brasileiro celebre acordos em busca de oportunidades de investimentos e de compromissos credíveis sobre os investimentos realizados no exterior, com especial atenção ao seu papel em países em desenvolvimento e de economia centralizada. Do ponto de vista das empresas, tal interesse pode derivar, para além das garantias dos direitos sobre os investimentos, das vantagens criadas pela presença governamental brasileira. A obtenção de permissões e acesso ao conhecimento, tecnologias e ativos estratégicos pode ser facilitada às empresas brasileiras que já atuam no exterior, a depender do tipo de presença que o governo brasileiro estabelece com o país hospedeiro do investimento. Particularmente, acordos de desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica podem favorecer as atividades das empresas brasileiras, aumentando sua competitividade ou significando oportunidades privilegiadas de negócios (Pietro Carlos de Souza RODRIGUES; Sonia Delindro GONÇALVES, 2016, p. 260).

Nos pequenos PALOP, a Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, é possível notar uma inexistência de atuação das empresas do Brasil que executavam grandes obras de investimentos ao longo dos anos 2003 a 2020, principalmente nos setores da exploração de recursos naturais, das infraestruturas e exportações (apenas micro, pequenas e médias empresas) que envolvessem as grandes construtoras do Brasil, como ocorreu visivelmente em Angola e Moçambique. Ao longo da primeira década, entre “2001 e 2009, as presenças das empresas brasileiras no continente africano têm crescido de uma forma significativa, possibilitando assim um Investimento Externo Direto (IED) de US\$ 69 bilhões para US\$ 214 bilhões” (VILAS-BOAS, 2014, p. 43), em que os PALOP, especialmente Angola, se beneficiou de maior parte desses investimentos, e que vieram a ter continuidade durante o primeiro governo Rousseff. Já com Temer e Bolsonaro houve um cenário inverso em relação aos investimentos nos PALOP, como se pode observar no Gráfico 1, que retrata a evolução dos investimentos brasileiros de grandes construtoras (como Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão) para obras de infraestruturas nos PALOP.

Gráfico 1 – *Evolução de Investimentos das empresas brasileiras para os PALOP de 2003-2020 (US\$ milhões)*



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de BNDES (2023).

No período de Lula-Dilma, o apoio (linha de crédito) do BNDES aos investimentos das empresas brasileiras nos PALOP, conforme Gráfico 1, estabeleceu que em 2004 houve um investimento inicial de US\$ 80 milhões, entre 2007 e 2008 veio a ter melhor desempenho nos valores de US\$ 674 milhões e US\$ 684 milhões, respectivamente. Em 2009, houve a redução para US\$ 349 milhões em investimentos – ano em que os países se deparam com o impacto da crise econômica mundial de 2008, que já em 2010 não teve nenhuma ação. Em 2011, houve maior investimento das empresas brasileiras para os PALOP, no valor de US\$ 756 milhões, e algumas reduções, embora tenham mantido bons desempenhos em 2012, 2013 e 2014, nos valores de US\$ 476 milhões, US\$ 424 milhões e US\$ 503 milhões, respectivamente.

Nos dois anos seguintes, 2015 e 2016, não houve qualquer registro de ação. Durante esse período, foram investidos US\$ 3.441 bilhões em Angola (maior receptor de investimentos brasileiros em obras de infraestruturas no mercado externo) e US\$ 445 milhões em Moçambique, o que não ocorreu em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, de acordo com os dados do BNDES de fundos destinados a empresas para investir no exterior. Desta forma, para os PALOP, 88,5% dos investimentos foram para Angola e 11,5% para Moçambique, atuações que visava à exportação de bens e serviços para construção de grandes infraestruturas, como rodoviárias-estradas, aeroportos, sistema de transporte de energia elétrica, barragens, entre outras. As duas companhias, Petrobras e Vale do Rio Doce, investiram em Angola e Moçambique no âmbito da exploração e produção de petróleo, gás e minérios, que serão detalhados mais adiante.

Já no período Temer-Bolsonaro, não é possível encontrar qualquer investimento feito no decorrer desse período com financiamento de BNDES, como principal instituição para o suporte financeiro ao Investimento Externo Direto (IDE) das exportações de bens e serviços brasileiros e de apoio aos investimentos das grandes Construtoras nesses países. Segundo Silva; Vieira (2023, p. 203), sob direção de Maria Silvia Bastos Marques (2016-2017), o BNDES cortou o financiamento internacional às construtoras brasileiras e acabou com a expansão global das empresas brasileiras que tiveram de interromper ou abandonar grande parte de suas obras nos países da África.

Considera-se que, além de não serem os países (PALOP) que fazem parte da prioridade da política externa do período, também há de se somar o cenário da Operação Lava Jato, que começou em 2014 com um conjunto de investigações dos políticos e das empresas que receberam recursos do próprio Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, o que, de certa forma, impossibilitou novas

ações de investimentos de 2015 a 2020. Para Monica Hirst; Tadeu Maciel (2022), também se soma a esses fatores que, desde 2019 com o governo Bolsonaro, a política externa do Brasil esteve guiada por premissas de forte teor ideológico, que logo se traduziram em orientações norteadoras dos posicionamentos internacionais do país.

Investimentos das empresas brasileiras em Angola nos períodos Lula-Dilma e Temer-Bolsonaro

Para o continente africano, a Angola é um dos mercados mais importantes para os investimentos das empresas brasileiras, sendo um país atraente pelos seus recursos naturais e econômicos, assim como por suas necessidades para a melhoria da infraestrutura interna do país, que possibilitam maiores oportunidades para os empresariados brasileiros. Além de se destacar devido ao comércio com Brasil, ao longo deste século XXI, o setor empresarial vem estimulando mais instalações das empresas no país, o que fortaleceu ainda mais as relações entre os dois países. As grandes empresas brasileiras, como a Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão, que são destacadas para realização da presente pesquisa, tiveram as suas atuações na República de Angola.

O processo de globalização fez com que as empresas procurassem por novos mercados de atuação no âmbito internacional, uma vez que os países se tornaram cada vez mais próximos em agendas e interesses. Em razão disso, tornou-se evidente que muitas empresas passaram a ter interesses em deslocar os seus serviços para outros países, aproveitando as novas oportunidades que se encontravam no mercado externo, como tem acontecido com a internacionalização das empresas brasileiras para os diferentes mercados, em especial em Angola. Nesse sentido, entende-se que a política externa é um importante indutor dos investimentos brasileiros para os países do continente africano.

A economia angolana é fortemente concentrada na exploração de petróleo, embora possua outra variedade de recursos como o gás natural, o diamante e o minério de ferro. Desta forma, o governo brasileiro, através da sua política externa, tem procurado as oportunidades para a inserção internacional das empresas brasileiras no exterior, o que proporcionou desde início dos anos 2000 a crescente ida de investimentos brasileiros ao mercado internacional, principalmente no período do governo Lula da Silva, em que diversas empresas foram para Angola implementar os seus negócios. Nessa linha, segundo Investsp (2011), a reconstrução do país africano atraiu 200 empresas brasileiras (além de grandes, enquadram-se micro, pequenas e médias empresas). Por isso, ressalta-se que a entrada de IED num país como Angola, pode ser o instrumento eficaz para redução da pobreza.

Desta forma, a terceira maior economia africana na atualidade tem recebido atenção por parte de empresas brasileiras em virtude de oportunidades de negócios em áreas críticas para o país, como o petróleo, mineração, infraestrutura e agricultura. Por ter essas características econômicas, a Angola tem recebido investimentos de empresas no setor petrolífero e de construção, desde o final dos anos 1970, e se tornou em tempos mais recentes, no período em que se delimita esta pesquisa, uma das principais receptoras de investimentos brasileiros no continente (RODRIGUES; GONÇALVES, 2016).

Durante o período Lula-Dilma, segundo os autores Rodrigues; Gonçalves (2016, p. 256), “a atratividade estratégica da economia angolana para as empresas brasileiras também se refletiu em oportunidades para as exportações”. Por isso, percebe-se que os investimentos feitos pelas empresas brasileiras têm aumentado o volume de exportação para o país africano, sendo que o modelo de comércio brasileiro em Angola tem como uma de suas bases a concessão de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o financiamento de exportações de bens e

serviços para obras de infraestrutura, com garantias recebíveis de petróleo (RODRIGUES; GONÇALVES, 2016). De acordo com Júlia Covre Vilas-Bôas (2014), a Angola não é o único país a receber este tipo de financiamento, mas é o único país a ter uma conta especial, que é designada de conta petróleo. Com essa dinâmica, o IED brasileiro vem tendo as melhores evoluções nas relações entre as partes, ainda que outros países tenham assumido a liderança em termos de investimentos em Angola.

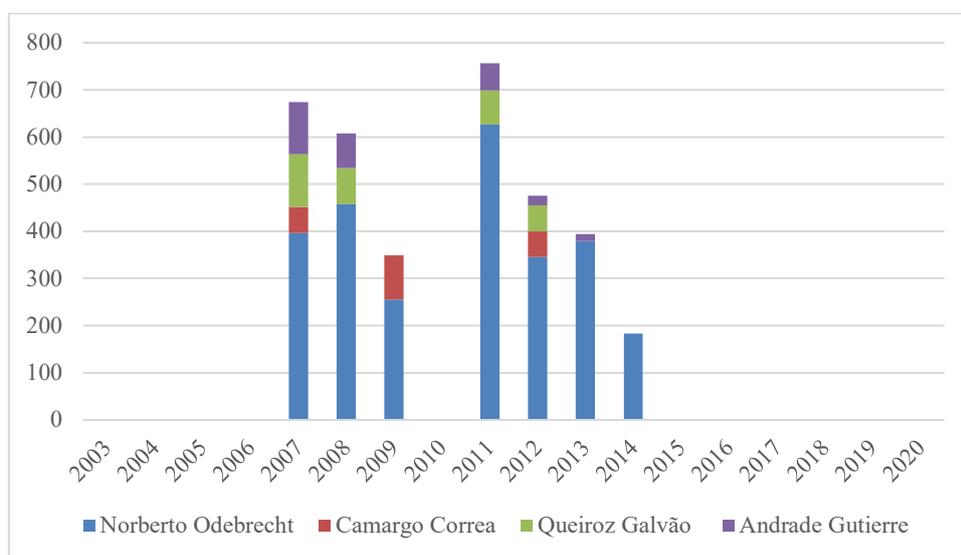
Tratando-se de IED na Angola, no geral, constatou-se que entre 2007 a 2012, os Estados Unidos lideraram Investimento Estrangeiro Direto no país africano, com 30,3% do total de investimentos, seguidos pela China (28,3), Reino Unido (13,2), Itália (11,7%), França (4,9%), Brasil (3,0%) e outros (8,7%) (APEX-BRASIL, 2012); desta forma, o país da América Latina ficou na 6ª posição do *ranking* de investimentos em Angola. Para os anos mais recentes, entre 2018 e 2020, segundo APEX (2020), a China liderou o IED em Angola, com US\$ 206 milhões, seguida pela África do Sul (US\$ 676 milhões), Emirados Árabes Unidos (US\$ 99,393 milhões), em quarto lugar França (US\$ 37 milhões), seguida pela Eritreia (US\$ 11,69 milhões), Alemanha (US\$ 11,2 milhões), Portugal (US\$ 10,714 milhões), Índia (US\$ 9,542 milhões), Inglaterra (US\$ 6,308 milhões) e Uganda (US\$ 5,095 milhões). No total de 42 países desses investimentos chegaram ao valor de US\$ 3.277 bilhões e o Brasil investiu apenas US\$ 108 mil.

O financiamento de exportações de bens e serviços de infraestrutura do BNDES para Angola tem beneficiado, pelo menos desde 2007, as grandes empresas de construção, como as construtoras brasileiras Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez, que executaram as obras de investimentos em infraestruturas, e também das empresas como a Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce, que atuaram no setor petrolífero e mineral, respectivamente. Para Vilas-Bôas (2014), os principais contratantes dos financiamentos das empresas de engenharia foram os governos, de modo que as empresas de construção na Angola, por razão da existência da conta petróleo, tenham sido beneficiadas diretamente pelas relações entre o governo do país e o governo brasileiro.

Como se pode observar no Gráfico 2, são apresentados os investimentos das empresas brasileiras na Angola, principalmente as quatro (4) construtoras. Já no caso da Petrobras e da Vale, serão apresentadas em outro momento neste presente texto, a fim de evitar equívocos nos valores investimentos pelas duas empresas em cada projeto que participaram no país africano.

Gráfico 2 – Investimentos das empresas brasileiras em Angola (2003-2020)

(US\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de BNDES (2023).

As empresas brasileiras (Norberto Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez) começaram a fortalecer ou intensificar suas agendas para Angola em 2005 e 2007. Nota-se um grande volume de investimentos no país africano, que atingiu o valor de US\$ 674,4 milhões em 2007 e US\$ 607,5 milhões e US\$ 349,2 milhões em 2008 e 2009, respectivamente. Em 2011, houve o maior volume de investimentos das empresas brasileiras, sendo que a Odebrecht foi responsável por aproximadamente 83% do valor total investido, que somou US\$ 756,7 milhões. Em 2012, o investimento foi de US\$ 476,1 milhões, em 2013 foram investidos US\$ 393,7 milhões, e em 2014 foram US\$ 183,4 milhões apenas pela Odebrecht – maior investidor brasileiro em Angola. Em 2015, uma série de mudanças políticas no Brasil e em Angola comprometeu as atuações das empresas com o Estado angolano. Entre 2015 e 2020, não foram registrados novos investimentos dessas empresas no país africano. Isso indica que a Operação Lava-Jato, que se instalou na época investigando políticos e grandes empresas brasileiras, principalmente aquelas que atuaram ou atuam em Angola, contribuiu para a falta de novos investimentos.

Importante ressaltar como se deu a atuação dessas grandes empresas brasileiras e como elas investiram nos projetos no país africano. A começar pela Construtora Norberto Odebrecht, presente em Angola desde 1984, prestando serviços de engenharia e construção de infraestrutura, que com linha de financiamento do BNDES, em 2007, intensificou as suas ações com investimento de US\$ 396,5 milhões na execução de onze projetos; no ano seguinte, em 2008, investiram US\$ 457,5 milhões, para oito projetos e, em 2009, no valor de US\$ 255,5 milhões para dois projetos. No início da segunda década, em 2011, a empresa realizou o maior volume de investimentos no país africano, sendo de US\$ 626,8 milhões em nove projetos de construção das infraestruturas; em 2012 foi de US\$ 345,8 milhões na execução de seis projetos; em 2013 investiu US\$ 379 milhões nos quatro projetos; e em 2014 o valor foi de US\$ 183,4 milhões. Ao todo, entre 2007 e 2014, a empresa Odebrecht investiu aproximadamente US\$ 2.645 bilhões na execução de 42 projetos.

A Construtora Camargo Corrêa, presente em Angola desde 2005, quando inaugurou um escritório comercial no país africano. A partir de então, começou a executar projetos em vários setores, incluindo estradas, rodovias, mineração, saneamento e energia nesse país (VIEIRA; ABOIM, 2012). Dessa forma, começou a implementar a sua atividade de construção civil, e em 2007 investiu US\$ 55,7 milhões em três projetos de construção das rodovias. Em 2009 a empresa investiu US\$ 93,7 milhões em três novos projetos de rodovias, e em 2012 o investimento foi de US\$ 53,8 milhões em um projeto, para obras no sistema de transporte de energia elétrica Uige – Maquela do Zomba. Com isso, a CC investiu US\$ 203,2 milhões em sete projetos na República angolana.

A Construtora Queiroz Galvão, presente em Angola desde 2005, e deu início as suas atividades no continente africano atuando no mercado imobiliário, construção e reabilitação de estradas. Em 2007, efetuou os investimentos no país africano no valor de US\$ 111,5 milhões para realização de cinco projetos de construção das rodovias; no ano seguinte, em 2008, fez investimento de US\$ 76,7 milhões em quatro projetos de rodovias. Após isso, em 2011, investiu US\$ 72,6 milhões nos quatro projetos, e já em 2012, a empresa investiu US\$ 55,8 milhões em 5 projetos de rodovias. No total, a QG investiu aproximadamente US\$ 317 milhões em dezoito projetos implementados no país.

A Construtora Andrade Gutierrez, presente no país desde 1984, mas intensificou atividades no país somente em 2005, atuando por intermédio da ZAGOPE, que é uma empresa de Construções e Engenharia, subsidiária da empresa instalada em Portugal, que lhe permite conseguir financiamentos de diversos organismos da União Europeia. Esse consórcio feito com ZAGOPE, ajudou a Construtora Andrade Gutierrez realizar a construção de várias estradas e rodovias urbanas nos países africanos (VIEIRA; ABOIM, 2012). Em 2007, a construtora investiu US\$ 110,7 milhões em quatro projetos de rodovias em Angola; no ano seguinte, em 2008, investiu US\$ 73,3 milhões em quatro projetos, já no ano 2011, foi no valor de US\$ 57,3 milhões nos 4 projetos, em 2012, investiu US\$ 20,5 milhões

em um projeto, e em 2013 com investimento no valor de US\$ 14,7 milhões na execução de um projeto no país africano. Em geral, a empresa AG investiu aproximadamente US\$ 277 milhões, em quatorze projetos de infraestruturas no país africano.

Já Petrobras, que é uma empresa petrolífera do Brasil, presente em diversos países, desenvolvendo as atividades da exploração e produção do Petróleo e Biocombustível, por intermédio da sua controlada Petrobras Internacional Braspetro B.V. (PIBBV) voltada para ação externa da empresa. A sua “inserção na Angola deu-se em 1979, a convite do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)” (COUTINHO *et al.*, 2014, p. 15). Em 1980, começou a atuar no país, tornando-se sócia em seis blocos de petróleo, dos quais quatro a partir de 2006, quando passou a ser operadora de exploração dos três desses blocos (VIEITAS; ABOIM, 2012), que ao todo, um de produção (Bloco 2) e os demais, exploratórios.

As participações em cada bloco, a saber: 2 (27,5%), 6 (40%), 15 (5%), 18 (30%), 26 (80%), 34 (30%) e a sua participação inicial no bloco 18 – um consórcio formado pelas empresas Petrobras (30%, operadora), Sonangol Sinopec International-SSI (40%), Sonangol P&P(20%), Falcon Oil (5%) e Grupo Gema (5%) – que desembolsaria US\$ 1,1 bilhão de bônus de assinatura pelos direitos da concessão, que seria pago proporcionalmente à participação de cada sócio, desta forma, a Petrobras desembolsaria US\$ 330 milhões. Acreditando no potencial do país, veio a prover os investimentos de US\$ 900 milhões para o período 2008-2012, de acordo com o Plano de Negócios em curso (PETROBRAS, 2023). Pelos negócios, a Petrobras manteve atuação regular no país africano de 2006 a 2015, com as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, mas nos anos seguintes operou apenas com Planos de Avaliação.

A Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa privada mineradora do Brasil, presente em território angolano desde 2005, numa parceria com a empresa angolana Genius, para oferecer serviços para o desenvolvimento mineral e de pesquisa, com destaque para níquel e cobre (VIEIRA; ABOIM, 2012). Em relação à pesquisa feita, é inegável a atuação da empresa Vale na Angola; embora haja dificuldades para conseguir os dados de investimentos em projetos (principalmente nos documentos da Companhia) executados no país africano.

Angola e Brasil, como se pode perceber, têm uma relação política e econômica significativa para ambos os países, embora a assimetria entre suas economias se reflita com base nos investimentos feitos nos dois lados. No âmbito disso, há um maior volume de investimentos das empresas (principalmente as construtoras) do Brasil para Angola, que entre 2007 e 2014, foram de US\$ 3.442,2 bilhões, enquanto de Angola para o Brasil, em 2007 e 2014, foram de US\$ 73 milhões e US\$ 803 milhões, respectivamente. A partir de 2014, observa-se uma tendência geral de retração da presença de multinacionais brasileiras em Angola, quando se inicia o contexto de crise política e econômica no Brasil (Ana Saggiaro GARCIA; Gabriel TORRES, 2021).

Do lado angolano, em 2015, começou a verificar uma queda no PIB, que em 2016 entrou em recessão provocada pela queda no preço do petróleo, o que contribuiu para uma redução significativa do IED no país. No ano de 2015, Brasil e Angola assinaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), em vigor desde julho de 2017, o que representa um novo modelo de acordo que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismos de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização (BRASIL, 2021).

De acordo com Garcia; Torres (2021), o investimento direto de empresas brasileiras em Angola no período de 2003 a 2020, reportado pela base FDI Markets, revelou que o projeto mais recente correspondente a um investimento no setor de turismo em 2015, no valor de US\$ 1 milhão, foi destinado à abertura de um escritório da agência de viagens Globalis Travel (subsidiária da brasileira GapNet), em Luanda. Além disso, não se verificou os melhores avanços nos aspectos de investimentos das empresas brasileiras, que nos anos anteriores, os projetos concentravam-se nos setores de construção civil, exploração petrolífera e mineral e serviços financeiros, em valores significativamente superior.

Entretanto, esses fatores podem ser influenciados pela crise da economia angolana, enquanto da parte brasileira, podem ser influenciados pela crise política e econômica, com as investigações da Operação Lava-Jato e o interesse da política externa brasileira durante o período Temer-Bolsonaro.

Durante o período Temer-Bolsonaro (2016-2020), ao observar as relações entre o Brasil e a Angola sobre os investimentos das empresas brasileiras, não é possível identificar qualquer ação que demonstre o incentivo ou a participação de empresários brasileiros em obras de grande porte no país africano, como se pode observar no Gráfico 2 acima. Durante os governos de Temer e Bolsonaro, Brasil não assumiu grande protagonismo no âmbito internacional, principalmente com políticas voltadas à aproximação com os países em desenvolvimento, dos quais Angola faz parte, e de incentivos a investimentos. Com a falta de investimentos estrangeiros e sumiço das empresas brasileiras nesse país, o governo angolano, em 2018, teve de efetuar mudanças na Lei do Investimento Privado, que passou a não prever obrigatoriedade de estabelecer parcerias com investidores locais, como acontecia no passado em alguns setores da economia (como telecomunicações, construção civil, hotelaria, energia e águas).

No contexto geral de queda do preço do petróleo e declínio da entrada de IED, o governo angolano iniciou uma série de reformas institucionais com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor privado e diversificar a estrutura de sua economia. Destacam-se a adoção da Lei do Investimento Privado, em 2018, e a criação da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) no mesmo ano. Ainda, observa-se nas políticas de atração de IED uma forte ênfase na canalização de investimentos para o agronegócio em Angola (GARCIA; TORRES, 2021, p. 42).

Mesmo com a assinatura de ACFI e a sua entrada em vigor em 2017, percebe-se que a sua aplicação no decorrer desse período não resultou em investimentos de grandes empresas brasileiras no mercado angolano, tal como foi observado durante o período anterior, com Lula e Dilma. Nesse contexto, o Embaixador do Brasil na Angola de 2016 a 2020, Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, ressaltou que:

Houve considerável retração dos investimentos brasileiros nos últimos anos, resultado de três fatores: (i) crise econômica angolana; (ii) período de baixo crescimento ou mesmo de recessão no Brasil (sobretudo em 2015 e 2016); e (iii) interrupção das linhas de crédito do BNDES para grandes projetos de infraestrutura neste país. Ao longo de minha gestão, procurei ressaltar que a mudança do paradigma que prevaleceu até o passado recente, ancorado no financiamento público de grandes projetos de infraestrutura, pode representar o início de nova era para a presença econômica brasileira em Angola, desde que haja disposição do setor privado para explorar outras oportunidades de investimento, especialmente no setor agrícola, ao qual o governo angolano atribui prioridade (Paulino Franco de CARVALHO NETO, 2020, p. 9).

O quadro de investimentos brasileiros na Angola, nos últimos anos, não tem sido proativo na busca de melhores oportunidades que o país africano se disponha, ou seja, um formato que possa impulsionar a conquista de maior espaço brasileiro em Angola, mesmo em fase de crise econômica. Nesse sentido, a decisão angolana de efetuar o pagamento antecipado do valor integral de seu saldo devedor, de U\$S 589,3 milhões, junto às instituições financeiras brasileiras, em dezembro de 2019, no contexto do ajuste do país com o FMI com vistas à redução de seu endividamento garantido por carregamentos de petróleo, foi um passo importante que merece reconhecimento do governo angolano, sendo um país que jamais deixou de cumprir os prazos de pagamento de juros e amortizações (CARVALHO NETO, 2020). Mesmo com esse efeito, não se observou os investimentos das grandes empresas brasileiras no decorrer desse período. Ainda que, em 2020, a empresa Petrobras tenha

encerrado as suas atividades no continente africano, com a venda da sua participação na empresa PO&GBV na Nigéria, pelo valor de US\$ 1,45 bilhão (ABDALA, 2020). Nos últimos anos, ocorreram desinvestimentos das empresas brasileiras nos países africanos.

Investimentos das empresas brasileiras em Moçambique nos períodos Lula-Dilma e Temer-Bolsonaro

A partir dos anos 2000, em especial no início do governo Lula, em 2003, as relações entre Brasil e Moçambique assumiram uma nova fase que incentivou a implementação de investimentos das empresas brasileiras no país africano. Antes desse período, segundo Amanda Rossi (2015), o Brasil não estava propício e aberto ao investimento nesse país, pois a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) não tinha se instalado e as empreiteiras brasileiras não realizavam nenhuma obra, para além, o BNDES também não efetuava empréstimo, de modo que o governo federal não realizava nenhum projeto de grande porte, como o que veio acontecer posteriormente com a inserção das empresas brasileiras em Moçambique.

A economia moçambicana tem registrado uma expansão expressiva nos últimos anos. Entre 2003 e 2015, por exemplo, houve crescimento médio superior a 7,2% ao ano, sendo assim, se tornou um dos principais destinos do Investimento Estrangeiro Direto (IED) na África subsaariana. Tudo isso tem mudado a realidade econômica do país que sempre dependeu da ajuda externa para diminuir as dificuldades sociais através de programas de cooperação internacional. Esse cenário favorável à economia moçambicana é decorrente dos grandes projetos extrativistas (como carvão, alumínio, gás natural, arreas pesadas etc.) que são assumidos pelos investidores estrangeiros com apoio político do governo moçambicano. Nesse cenário de crescimento, os investimentos brasileiros tiveram o papel de destaque no crescimento de IED nesse país, no qual foram realizados alguns projetos de grande porte.

No período Lula-Dilma, houve a aproximação entre Brasil e Moçambique, de modo que, no primeiro momento, observou-se a inserção das empresas brasileiras nesse país africano, que foram atraídas pelos recursos naturais (origem do crescimento econômico moçambicano) e pelas obras de infraestruturas, como a Vale e as construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, também houve a participação da construtora brasileira OAS, para realizar projetos para a Vale.

Em 2004, o Brasil foi o maior investidor estrangeiro direto quando a Vale ganhou o concurso internacional de concessão da mina de carvão de Moatize com desembolso de US\$ 122,8 milhões, e foi seguido pelas Ilhas Maurícias (US\$ 79,4 milhões), Portugal (US\$ 13 milhões), Reino Unido (US\$ 10,1 milhões) e África do Sul (US\$ 4,1 milhões). Em 2005, o *ranking* do IED foi liderado por Portugal com US\$ 20,3 milhões, seguido da França (US\$ 19,1 milhões), Índia (US\$ 12,6 milhões), África do Sul (US\$ 12,2 milhões) e Reino Unido (US\$ 10,7 milhões). A análise da origem dos capitais investidos em Moçambique em 2009 e 2010, mostra que o Brasil – que em 2007 e 2008, ocupou a 2^a e 3^a posição – passou para a 1^a posição, com total de 42%, superando a África do Sul que nos últimos três anos têm ocupado a 1^a posição. Em 2011, o Brasil manteve a liderança, mormente na indústria extrativa com 43% do total de IED, seguido das Maurícias (22,1%), Irlanda (14%), Suíça (6,5%), África do Sul (4,5%) e Portugal (3,1%). Em 2012, o país manteve a liderança com 25,2% IED, mas no seguinte, em 2013, caiu para 17^a posição (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2023).

No entanto, de 2013 a 2017 observou-se os menores fluxos de IED para Moçambique nos anos aqui estudados, de modo que nesse momento em diante, o Brasil não voltou a ocupar posição de destaque em relação aos investimentos empresariais no país africano — assim como no caso do período Temer-Bolsonaro. Segundo Garcia; Torres (2021, p. 54), “o IED brasileiro acompanhou a tendência de queda no IED total em Moçambique”.

Desta forma, tratar-se dos investimentos das empresas brasileiras em Moçambique, se torna importante destacar que os investimentos da Companhia Vale criaram oportunidades para entrada de outras empresas brasileiras.

Grandes construtoras brasileiras – Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht – iniciaram suas operações em Moçambique em função da atuação da Vale e do financiamento do BNDES que possui como contrapartida a contratação de serviços/exportação de produtos nacionais, sendo o processo de internacionalização para esse país (Bernardo Frossard Silva RÉGO *et al.*, 2016, p.55).

As atividades da Vale em Moçambique começaram em 2004, quando a empresa ganhou a concessão para explorar Moatize I e II, a quarta maior reserva de carvão do mundo e o maior da África. O contrato entre a empresa e o governo foi assinado em 2007, os investimentos para a construção da fase de Moatize I somaram US\$ 1,6 bilhão, e a produção começou em 2011; a fase de Moatize II, prevista para o segundo semestre de 2013, possuía um orçamento de US\$ 161 milhões em 2011 (VALE, 2010). É importante destacar que Moçambique foi um grande destino de empresas brasileiras na África, apesar disso, só passou a receber financiamento do BNDES em 2011, durante o governo Dilma Rousseff (VILAS-BÔAS, 2014).

Para efetivação do processo de exploração de carvão de Moatize, a empresa Vale começou o processo de reassentamento em 2007, quando assinou o contrato mineral com Moçambique. No primeiro momento, fez mapeamento do local ocupado, registrando 1.365 famílias, com seus patrimônios e pequenos negócios para que assim fossem distribuídas em quatro comunidades: Chipanga, Malabwe, Mithete e Bagamoyo, e em 2009, foi iniciada a retirada (ROSSI, 2015).

No entanto, a empresa desenvolveu outros projetos, e a cargo da Odebrecht, construiu uma ferrovia de 912 quilômetros e também ergueu um porto marítimo de águas profundas com a construtora brasileira OAS, que participou do consórcio que realizou a obra (do porto de carvão da Vale). Ainda, também trabalhou na construção do Corredor Nacala que envolve dois Estados, Moçambique e Malauí, com benefícios não só para ambos, mas também para os países vizinhos, com investimento de US\$ 4.444 bilhões (Amanda ROSSI, 2013).

A Construtora Camargo Corrêa, presente em Moçambique desde 2006, operando na instalação da mina de carvão de Moatize, uma das maiores reservas carboníferas do mundo. De acordo com Garcia; Torres (2021), nas áreas de infraestrutura e mineração, um dos principais projetos se refere à exploração da mina de carvão em Moatize pela Vale, bem como o corredor logístico de Nacala, em que construtoras brasileiras, como Odebrecht e Camargo Correa, participaram em obras que envolveram a construção de assentamentos para famílias deslocadas em função do empreendimento.

A Construtora Andrade Gutierrez, presente em Moçambique desde 2009, quando iniciou a construção de infraestruturas rodoviárias na província norte de Cabo Delgado. Em seguida, materializou um contrato para a construção de Barragem da Moamba Major, na província sul do país, iniciado em 2014 com o financiamento do BNDES. A AG investiu US\$ 320 milhões na implementação desse projeto, mas em 2016 as obras foram interrompidas devido ao corte do financiamento por parte do BNDES, na sequência dos escândalos de corrupção no Brasil nos quais a Andrade Gutierrez esteve relacionada. A estimativa inicial para o investimento nesse projeto era de US\$ 460 milhões (US\$ 350 milhões por parte do BNDES) (Felippe HERMES, 2022).

A Construtora Norberto Odebrecht, iniciou a operar em Moçambique em 2009, quando desenvolveu projetos para a expansão das instalações industriais da mina de carvão de Moatize, em contrato de parceria com a Vale. Essa entrada no mercado possibilitou à empresa novos contratos nesse país. Em 2011, executou a construção da nova pista do Aeroporto Internacional de Nacala, com investimento de US\$ 200 milhões (US\$ 125 milhões por parte do BNDES). Além do projeto da

mobilidade urbana implementada em Maputo, capital do país, no valor de US\$ 220 milhões (US\$ 180 milhões por parte do BNDES), foi responsável pela implantação de uma zona franca industrial financiada pelo Banco (ODEBRECHT, 2014; HERMES, 2022; SILVA; VIEIRA, 2023).

No decorrer desses anos, observou-se que “o IED brasileiro no país somou aproximadamente US\$ 3 bilhões entre 2007 e 2014, sobretudo por meio de projetos nas áreas de mineração e infraestrutura. Por sua vez, os projetos registrados no período pós-2014 somaram apenas US\$ 335 milhões” (GARCIA; TORRES, 2021, p. 55).

Em 2015, o Brasil e Moçambique celebraram em Maputo o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), o acordo tinha como objetivo incrementar um novo modelo de parcerias para investimentos brasileiros nesse país, para incentivar a troca de informações entre os governos e apoiar as empresas em processo de internacionalização (Paulo Vitor CHAGAS, 2015). Nessa altura, o Brasil estava vivenciando as investigações da Operação Lava-Jato e a crise política e econômica que abalou o governo da presidenta Dilma, enquanto Moçambique estava lidando com a crise econômica causada pelas “Dívidas Ocultas”, que é a expressão utilizada para denominar a dívida associada aos empréstimos feitos em 2013 e 2014 para três empresas públicas (sendo elas: EMATUM, MAM e ProIndicus SA), sendo todas tuteladas pelo Ministério da Defesa, a dívida da EMATUM veio ao conhecimento público em 2013, enquanto a dívida do MAM e ProIndicus SA permaneceram ocultas até abril de 2016 (Edson CORTEZ *et al.*, 2021).

Durante período Temer e Bolsonaro, os investimentos das empresas brasileiras em Moçambique para áreas de infraestrutura e mineração, nas quais se envolvem as grandes empresas brasileiras, é possível observar que entre 2016 e 2020 os investimentos dessas empresas para o país africano tiveram queda, de modo que não foi possível encontrar novos investimentos realizados no decorrer desse período. Em relação ao governo moçambicano, foi criada em 2016 a Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX), visando a facilitar investimentos ao centralizar em uma única agência as funções de promoção, recepção, análise e monitoramento de investimentos. O que demonstrou empenho para a criação de uma nova dinâmica em relação aos investimentos para o país, que, no entanto, fica invisível a participação brasileira, que perde espaço para outros países competidores.

Em 2016, os cinco maiores países investidores em Moçambique foram: África do Sul com 30,2%; Emirados Árabes Unidos, com 19,7%; Itália, com 13,6%; Maurícias, com 10,7%; Estados Unidos da América, com 9,6%; destacando-se em seguida por Austrália e Portugal, com 3,4% e 2,7%, respectivamente. Em 2017, foram Emirados Árabes Unidos (24,2%), Maurícias (10,9%), China (9,7%), Itália (8,9%), e África do Sul (5,4%). Em 2018, foram Países Baixos (45,11%), Japão (36,92%), Itália (26,48%), África do Sul (13,81%) e Maurícias (6,05%), destacando-se em seguida por Tunísia e Portugal com 3,44% e 2,54%, respectivamente. Já em 2019, foram Emirados Árabes Unidos (30,9%), Países Baixos (27,7%), Maurícias (9,9%), Itália (9,1%) e EUA (4,1%), observando que em 8ª e 9ª posição ficaram, respectivamente, a China (1,3%) e Brasil (1,3%) (embora sem investimentos expressivos dessas grandes empresas na realização de projetos) (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2023).

Constata-se que ao longo do período de governo de Temer e Bolsonaro houve a redução da presença das empresas brasileiras nesse país africano, redução essa que abrangeu também todo o continente africano. De acordo com a entrevista realizada com Carlos Lopes (Professor da Universidade de Cape Town, na África do Sul) pelo Jornal Estadão, destacou-se que:

O Brasil tinha conquistado um mercado considerável em construção civil. Era muito bem visto e muito bem visto em matéria de logística, e era visto como exportador de determinados produtos de alto consumo na África. Depois tinha também a área da mineração, onde estava presente, fundamentalmente, a Petrobras e a Vale. A Petrobras vendeu todo seu portfólio africano. A Vale tem vendido tudo o que pode da África. Com a retirada das mineradoras,

veio em seguida a retirada da logística, porque muito disso era para ajudar as mineradoras (Renato VASCONCELOS; Paulo BERALDO, 2021).

Com base nisso, nota-se que em Moçambique a presença das grandes empresas brasileiras vem a declinar cada vez mais, em razão da situação política e econômica de ambos os países. No entanto, pode-se ressaltar que, da parte do Brasil (nos governos Temer e Bolsonaro), existiu a falta de interesse político em dinamizar as relações com os países africanos, o que tornou difícil para a criação de novas oportunidades, ou até mesmo para a continuidade de investimentos da empresa como a Vale em Moçambique, que ao longo do período anterior realizou grande fluxo de investimentos para Moçambique.

A Companhia esteve presente em Moçambique durante 15 anos; nesse período explorou a mina de Moatize e 912 quilômetros de ferrovia no Corredor Logístico de Nacala para o transporte de carvão. Em janeiro de 2021, firmou um acordo com a Mitsui para estruturar o “desinvestimento” na mina de Moatize e do Corredor Logístico Nacala (CLN), como primeiro passo para o desinvestimento do negócio de carvão e buscar um terceiro interessado nesses ativos. Em dezembro de 2021, anunciou a venda das mesmas, num acordo vinculante com a Vulcan Resources (Vulcan), em linha com a estratégia de descarbonização da empresa, adequando seu portfólio de investimentos a uma economia de baixo carbono. O negócio envolveu um total de USD 270 milhões (VALE, 2021), e em abril de 2022 foi concluída a venda para empresa Vulcan. Dessa forma, é notável que a partir de 2016 não há registro de investimentos das Construtoras brasileiras em Moçambique, e a Companhia Vale veio diminuindo as suas ações até a venda de seus projetos em 2022.

Investimentos das empresas brasileiras em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe nos períodos Lula-Dilma e Temer-Bolsonaro

Inicialmente, as grandes empresas brasileiras – das quais são destaques neste presente estudo, Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão – não chegaram a atuar ou realizar investimentos em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe durante o período estudado (2003-2020). Os três países apenas usufruem dos serviços de micro, pequenas e médias empresas brasileiras, predominantemente no setor de comércio. Em relação aos investimentos, são os pequenos PALOP que têm as limitações econômicas – sempre necessitam de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para os setores que podem alavancar a economia, como: turismo, serviços financeiros, comunicações, infraestruturas etc.

No período Lula-Dilma, houve uma maior aproximação nas relações político-diplomáticas entre Brasil e os pequenos PALOP, com projetos de cooperação em diversas áreas, destacando a agricultura, a saúde e a educação. No entanto, não há registro de investimentos, sobretudo das grandes empresas brasileiras no mercado desses países que dependem muito da ajuda dos doadores internacionais (parceiros bilaterais e multilaterais) para financiar grandes investimentos públicos.

As principais origens de investimentos estrangeiros para Cabo-Verde, entre 2007 e 2012, foram: Alemanha (57,1%), Austrália (29,6%), Portugal (8,9%) e Angola (4,5%); em áreas de hotéis e turismo (57,1%), serviços para empresas (29,6%) e serviços financeiros (13,4%). No mesmo período, para Guiné-Bissau, os investimentos foram nas áreas de comunicações (92,6%) e serviços financeiros (7,4%); em São Tomé e Príncipe, também foram nas áreas de comunicações os maiores investimentos (99,57%) e serviços financeiros (0,43%) (BRASIL, 2013a; BRASIL, 2013b; BRASIL, 2013c).

Os investimentos em Grandes Projetos nesses países não têm a participação das empresas brasileiras, ressaltando que as execuções dos mesmos sempre foram aproveitadas pelas empresas estrangeiras de outras nações, colocando a falta de interesse por parte de empresários brasileiros em

atuar nos projetos de grande porte nessas economias. No caso de Cabo-Verde, segundo relatório de gestão do Embaixador João Inácio Oswald Padilha, que atuou no país entre 2012 e 2016, destacou que: “a modéstia do mercado cabo-verdiano não tem encorajado empresas brasileiras a investirem no arquipélago” (João Inácio Oswald PADILHA, 2016, p. 16), situação igual com relação aos mercados guineense e são-tomense. Apesar disso, para Padilha (2016), os investimentos brasileiros em Cabo-Verde estiveram circunscritos a um empreendimento voltado ao armazenamento e comercialização de grãos.

No período Temer-Bolsonaro, a inexistência de investimentos das empresas brasileiras em realizar os projetos de grande porte, algo que não havia no período anterior, teve continuidade durante os anos de 2016 até 2022 (fim do governo Jair Bolsonaro). Constata-se que são esses países que, mesmo com limitações econômicas, conseguem oferecer as oportunidades para os investimentos estrangeiros (que atraem as empresas de países europeus) e a China, que ao longo de duas décadas, construiu e financiou várias obras de infraestruturas na Guiné-Bissau, como o edifício de Antigos Combatentes, edifício da Assembleia Nacional Popular, edifício Sede do Governo, Palácio da Justiça, Palácio Presidencial e várias unidades hospitalares; destaca-se ainda que em 2021 financiou uma autoestrada, com 8,2 quilômetros que liga o aeroporto de Bissau a Safim, em um investimento de 13,6 milhões de euros.

Nos anos mais recentes, em Cabo verde, a China construiu e financiou: o novo *campus* da Universidade de Cabo Verde em 2017, na Praia, no valor de 50,7 milhões de euros, uma obra entregue em 2021. Já em São Tomé e Príncipe, em 2022, a China assinou acordo para investir US\$ 100 milhões na expansão da pista e requalificação do aeroporto internacional de São Tomé. Essas oportunidades de negócios, se existisse o interesse dos governos brasileiros e de algumas empresas brasileiras, principalmente as Construtoras, poderiam atuar em grandes projetos de investimento nos pequenos PALOP, como têm sido em Angola e Moçambique, destacados nos conteúdos anteriores. Apesar de Guiné-Bissau, a constante instabilidade político-institucional, tendo em consideração a ocorrência, entre 1980 e 2012, de quatro golpes de Estado e os assassinatos do presidente da República da Guiné-Bissau, general João Bernardo “Nino” Vieira, e do Chefe do Estado-Maior e General das Forças Armadas (CEMGFA), Tagme Na Waie, ambos em 2009, e uma tentativa de golpe em 1 de fevereiro de 2022, essas situações impossibilitam mais investimentos estrangeiros para o país.

Conclusão

O presente artigo procurou demonstrar os diferentes momentos da projeção internacional do Brasil para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tendo em vista os investimentos das empresas brasileiras. Ao longo do período analisado foi possível observar momentos de avanços e recuos de investimentos brasileiros nos países africanos, durante os governos Lula-Dilma e Temer-Bolsonaro. Em linhas gerais, a ação de investimentos enquadra-se na busca pelo desenvolvimento econômico.

No Brasil, cada governo estabeleceu as prioridades para sua política externa, o que se tornou visível com a agenda de aproximação ou não dos governos brasileiros ao continente africano, que se refletiu nas relações com esses cinco países africanos. A partir do ano 2003 a PEB intensificou as relações com a África e, em particular, com os PALOP, mas essa intensidade foi diminuindo com o decorrer da segunda década do século XXI, ficando mais evidente com a mudança de governo que ocorreu em 2016 e que trouxe novas diretrizes que se seguiram até o ano de 2022 (fim do governo Jair Bolsonaro).

Considera-se que os PALOP não possuem as mesmas características quando consideradas questões geográficas e econômicas, embora tenham semelhanças histórico-culturais ímpares, baseadas

no império português. Os grandes PALOP, Angola e Moçambique – também chamados de Estados periféricos – possuem um desenvolvimento econômico superior aos dos pequenos PALOP (Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), muito em razão da abundância de seus recursos minerais e localização estratégica no continente africano, de modo que tornam mais atrativos para as investidas das potências em seus territórios (RIZZI, 2012).

Os grandes investimentos brasileiros para os PALOP durante o período analisado se destinaram para Angola e Moçambique, sendo Angola o principal beneficiário desses investimentos. Das seis grandes empresas brasileiras que atuaram em projetos de investimentos nos Grandes PALOP, estas são as que participaram: em Angola – Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão; enquanto Moçambique com quatro dessas empresas, que são: Companhia Vale do Rio Doce e as Construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa – essas Construtoras, com base nos investimentos da Vale, proporcionaram-lhes melhores oportunidades de negócios. Entretanto, os Pequenos PALOP não chegaram a se beneficiar de algum investimento dessas empresas, pelo fato de se considerar as limitações econômicas desses países, em termos de recursos naturais e econômicos.

Entre 2007 e 2014, houve um cenário de maiores investimentos dessas empresas nas economias angolana e moçambicana, com a realização de projetos de grande porte, que ao todo, foram investidos mais de US\$ 11 bilhões (a partir dos dados obtidos) e observa-se que a partir de 2015 não se registaram novos investimentos. Essa situação se aprofundou no período Temer-Bolsonaro com os desinvestimentos das grandes empresas brasileiras nos PALOP (como Petrobras que encerrou atividade em Angola, em 2020; e também pela Vale em Moçambique, em 2022; além de Construtoras sem novos investimentos) e no continente africano.

Esses desinvestimentos devem-se, em primeiro momento, à Operação Lava Jato, que investiga o envolvimento dessas grandes empresas do Brasil em atos de corrupção nos projetos desenvolvidos no âmbito interno e externo, e empréstimos concedidos pelo BNDES às empresas. Por outro lado, a perda de espaço por outros competidores (exemplo da China que cada vez mais aumenta os seus investimentos) e por último, a falta de interesse político dos governos Temer e Bolsonaro nas relações com os países em desenvolvimento.

Iabna Infaga é doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023); mestre em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017); graduado em Comunicação Social – Relações Públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). Possui interesse em temas de política internacional com ênfase em organismos internacionais na África, principalmente a política externa Brasil-África, como os Projetos de Cooperação Brasil-PALOP e internacionalização das empresas Brasileiras.

Eduardo Ernesto Filippi é doutor em Economia Política (Université de Versailles – Saint-Quentin-en-Yvelines, França, 2004); mestre em Economia Rural (UFRGS, 1997); Graduado em Ciências Econômicas (UFRGS, 1993). Professor Titular da UFRGS. Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) e em Desenvolvimento Rural (PGDR). Áreas de interesse/pesquisa: Economia e Meio Ambiente – Economia Política Internacional – Cooperação Sul-Sul – Economia Latino Americana – Economia Africana (PALOP/CPLP) – Teorias do Desenvolvimento.

Referências

COUTINHO, Isadora Caminha; STEFFENS, Isadora da Silveira; VIEIRA, Taís Cristóvão Martins. A atuação da Petrobras na África durante o governo Lula. **Revista Perspectiva, Reflexões sobre a temática internacional**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/64856/37437>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GARCIA, Ana Saggiaro; TORRES, Gabriel. **As relações Brasil-África e o regime internacional de investimentos: uma análise do ACFI do Brasil com Angola e Moçambique**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília/Rio de Janeiro, jul. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10670/1/td_2671.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

GUZZI, André; TCHINHAMA, Laurindo. A Cooperação Sul-Sul e o setor privado: um balanço das relações do Brasil com Angola e Moçambique no século XXI. **Journal of Democracy em Português**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 56-81, jun. 2023. Disponível em: https://plataformademocratica.org/Arquivos/jun-23/a-cooperacao-sul-sul-e-o-setor-privado-um-balanco-das-relacoes-do-brasil-com-angola-e-mocambique-no-seculo-xxi.pdf?utm_campaign=_journal_of_democracy_em_portugues_-_edicao_de_junho_2023&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 02 jun. 2023.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. **SciELO**, 2022. <https://doi.org/10.1590/SciELOpreprints.4771>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771/9230>. Acesso em: 05 jan. 2023.

KEOHANE, Robert Owen; NYE, Joseph Samuel. **Poder e interdependência: la política mundial en transición**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.
MACHADO, Luis Fernando Corrêa da Silva. **Brasil e investimentos internacionais: os acordos sobre IED firmados pelo país**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2005.

MELO, Vico Dênis de. Política externa para África e internacionalização de empresas no governo Lula: uma estratégia de inserção. **Mundorama. Revista de divulgação científica em Relações Internacionais**, abr. 2010, ISSN 2175-2052. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?article=politica-externa-para-africa-e-internacionalizacao-de-empresas-no-governo-lula-uma-estrategia-de-insercao-porvico-denis-de-melo>. Acesso em: 20 jun. 2020.

OSSAGÔ, Ricardo de Carvalho. A nova institucionalização no sistema político internacional: a política de cooperação internacional para o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa. In: III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, Curitiba-PR. **Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política**. UFPR – Curitiba, de 31 jul. 2013 a 02 ago. 2013.

PADILHA, João Inácio Oswald. **Embaixada do Brasil junto à República de Cabo-Verde**. Relatório de Gestão. 2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg->

getter/documento?dm=3825630&ts=1593934409579&disposition=inline. Acesso em: 02 fev. 2023.

PENNA FILHO, Pio. Comércio entre Brasil e África cresce 416% em 10 anos. **Revista Terra-Agência de Conteúdo**, 06 jun. 2013. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/comercioentre-brasil-e-africa-cresce-416-em-10-anos,40d58a549341f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

RÊGO, Bernardo Frossard Silva; ROCHA DIB, Luis Antonio; BEMVINDO, Bernardo. A perspectiva de redes na internacionalização de empresas brasileiras de construção civil: o caso Vale e BNDES em Moçambique. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 53-69, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3312/331247426005.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza. A economia política dos investimentos brasileiros em Angola. In: MOROSINI, Fabio Costa; BADIN, Michelle Rattón Sanchez. **A nova diplomacia econômica das relações Brasil-Angola: desvendando os seus instrumentos políticos, jurídicos e econômicos**. 1. ed. Brasília: IBDC/Grupo de Pesquisa C&DI, 2017. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ppgd/wp-content/uploads/2022/01/Morosini_e_Badin_orgs_A_nova_diplomacia.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza. A economia política dos investimentos brasileiros em Angola. In: MOROSINI, Fabio Costa; BADIN, Michelle Rattón Sanchez. **A nova diplomacia econômica das relações Brasil-Angola: desvendando os seus instrumentos políticos, jurídicos e econômicos**. 1. ed. Brasília: IBDC/Grupo de Pesquisa C&DI, 2017. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ppgd/wp-content/uploads/2022/01/Morosini_e_Badin_orgs_A_nova_diplomacia.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

RODRIGUES, Pietro Carlos de Souza; GONÇALVES, Sonia Delindro. Política externa e investimentos brasileiros em Angola. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, jan./jun. 2016.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; VIEIRA, Alexandre Bergamin. **Political geography, geopolitics and territorial management: brazilian perspectives**. Macapá: Ed. da Unifap, 2023.

VALE. **Vale investirá US\$ 24 bilhões em 2011**. Press Release, 2010. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/6b41ace9-4d4f-4c25-af7d-55ada2b6a408?origin=2>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VASCONCELOS, Renato; BERALDO, Paulo. Brasil se afastar da África é jogar trunfos no lixo, diz Carlos Lopes. **Estadão**, 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/brasil-se-afastar-da-africa-e-jogar-trunfos-no-lixo/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VIEITAS, Deborah; ABOIM, Isabel. **África: oportunidades para empresas brasileiras. Dados de relatório do BNDES. 2012.** Disponível em: http://www.funccex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116_DV_IA.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **O BNDES e a internacionalização das empresas brasileiras na África nos anos 2000. 2014.** Disponível em: <https://www.obs.org.br/comercio-e-investimento/723-o-bndes-e-a>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Sites e Catálogos Online

AIPEX. **Propostas de investimento registradas. 2020.** Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4z/mjg2/~edisp/minfin3286154.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

APEX-BRASIL. **Angola: perfil e oportunidade comerciais. Brasília, 2012.** Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/d806c1ec-c36a-4d8f-be6b-8b91fdc7f29b.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento. 2011.** Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3094/1/Livro_Ponte%20sobre%20o%20Atl%20c3%a2ntico%20Brasil%20e%20c3%81frica%20Subsaariana_parceria%20Sul-Sul%20para%20o%20crescimento.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Boletim anual da balança de pagamentos. 2023.** Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/pt/publicacoes-e-estudos/?dateBegin=2003-01-01&dateEnd=2020-12-31&Category=Balan%C3%A7a%20de%20Pagamentos&query=&page=3>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores - MRE. Guia de negócios. Cabo-Verde. 2013a.** Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/GNCaboVerde.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores - MRE. Guia de negócios Guiné-Bissau. 2013b.** Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/GNGuineBissau.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores - MRE. Guia de negócios São Tomé e Príncipe. 2013c.** Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/GNSaoTomePrincipe.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores. Relações bilaterais. 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/africa-europa-e-oriente-medio>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARVALHO NETO, Paulino Franco de. **Embaixada do Brasil em Luanda**. Relatório de gestão, 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8864363&ts=1601654882362&disposition=inline>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CHAGAS, Paulo Vitor. **Brasil e Moçambique assinam acordo de estímulo a investimentos**. Agência Brasil, 30 mar. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-03/brasil-e-mocambique-assinam-acordo-de-estimulo-investimentos>. Acesso em: 05 jan. 2023.

HERMES, Felipe. **20 obras que o BNDES financiou em outros países**. Mises Brasil, 2022. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/1796/20-obras-que-o-bndes-financiou-em-outros-paises>. Acesso em: 15 jan. 2023.

INVESTSP. **Angola já atraiu 200 empresas brasileiras**. 2011. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/angola-ja-atraiu-200-empresas-brasileiras/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ODEBRECHT. **Odebrecht 2014: todo tempo é de servir**. 2014. Disponível em: https://apicdn.novonor.com/media/documents/ra-odebrecht-2014-final_pdf_site_pt.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

PETROBRAS. **Serviços ao investidor**. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/servicos-ao-investidor/central-de-downloads/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

VASCONCELOS, Renato; BERALDO, Paulo. Brasil se afastar da África é jogar trunfos no lixo, diz Carlos Lopes. **Estadão**, 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/brasil-se-afastar-da-africa-e-jogar-trunfos-no-lixo/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VIEITAS, Deborah; ABOIM, Isabel. **África: oportunidades para empresas brasileiras. Dados de relatório do BNDES**. 2012. Disponível em: http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116_DV_IA.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **O BNDES e a internacionalização das empresas brasileiras na África nos anos 2000**. 2014. Disponível em: <https://www.obs.org.br/comercio-e-investimento/723-o-bndes-e-ainternacionalizacao-das-empresas-brasileiras-na-africa-nos-anos-2000>. Acesso em: 05 jan. 2023.

VALE. **Relato Integrado 2021**. Vale, 2021. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/565d6188-78a5-44f2-a97d-10000e022116?origin=1>. Acesso em: 10 jan. 2023.